

ATA RELATIVA À SESSÃO ORDINÁRIA
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA A
20 DE FEVEREIRO DE 2015

ATA RELATIVA À SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA A
20 DE FEVEREIRO DE 2015

No dia vinte de fevereiro do ano de dois mil e quinze, pelas vinte e uma horas, no Salão da Junta de Freguesia de Aguiar, reuniu a Assembleia Municipal deste concelho, em sessão ordinária, tendo como ordem de trabalhos os seguintes pontos:

- 1) Proposta de aprovação da ata em minuta no final da sessão;
- 2) Apreciação de informação escrita sobre a atividade da Câmara;
- 3) Eleição do Presidente de Junta efetivo e substituto para participar no XXII Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses;
- 4) Pedido de autorização para contratação de empréstimo junto do Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional (IFDR), destinado ao financiamento da Operação “Recuperação e Reutilização do conjunto do Paço dos Henriques, em Alcáçovas”, co-financiada pelo FEDER e aprovação da respetiva minuta do contrato de financiamento reembolsável.

O senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão tendo procedido de imediato à verificação das presenças. Estiveram presentes os seguintes membros:

- António João Coelho de Sousa, que presidiu;
- Nuno José Caeiro Grave, na qualidade de primeiro secretário;
- Fernando Manuel Tim Tim Janeiro, na qualidade de segundo secretário;
- João Pedro Valério Parra Martinho Antunes;
- Manuel Jorge de Matos Rafael;
- João Miguel Sítima dos Anéis;
- Maria Antónia Leal Boteta Gomes;
- José Luis Potes Pacheco;
- Bruno Miguel Pintado Pinto;
- Joaquim António Vilalva Teixoeira;
- Joaquim Maria Pinto Bento;
- José Fernando Nazaré Pereira;
- Joaquim Rodolfo Viegas, na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de Viana do Alentejo;
- Sara Cristina Cupido Carmo Grou Sim Sim Pajote, na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de Alcáçovas;
- António Inácio Torrinha Lopes, na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de Aguiar.

Verificaram-se as faltas dos seguintes membros:

- Alice Cardoso Andrade e Silva;
- Catarina Maria Lopes Carvalhinho Rosado;
- Helena Isabel Barros Torrão.

Em representação da Câmara Municipal esteve o seu Presidente, tendo estado também presentes os senhores Vereadores João Pereira, Paulo Manzoupo e João Penetra.

O senhor Presidente da Câmara informou que a senhora Vereadora Rosa Barros da Costa não está presente por motivo de doença.

Nos termos do n.º 2 do artigo 50.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o senhor Presidente da Assembleia, a pedido do senhor Presidente da Câmara, propôs a inclusão de mais dois pontos na ordem de trabalhos.

Os pontos propostos para inclusão foram os seguintes:

- 5) Pedido de autorização para assunção de compromissos plurianuais decorrentes do aluguer e assistência técnica de uma máquina multifunções;
- 6) Proposta de transferência de verba para a Freguesia de Alcáçovas.

A Assembleia, por unanimidade, reconheceu a urgência de deliberação sobre estes assuntos e autorizou a inclusão dos mesmos na ordem de trabalhos.

Assim, a ordem de trabalhos desta sessão ficou constituída como se segue:

- 1) Proposta de aprovação da ata em minuta no final da sessão;
- 2) Apreciação de informação escrita sobre a atividade da Câmara;
- 3) Eleição do Presidente de Junta efetivo e substituto para participar no XXII Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses;
- 4) Pedido de autorização para contratação de empréstimo junto do Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional (IFDR), destinado ao financiamento da Operação “Recuperação e Reutilização do conjunto do Paço dos Henriques, em Alcáçovas”, co-financiada pelo FEDER e aprovação da respetiva minuta do contrato de financiamento reembolsável;
- 5) Pedido de autorização para assunção de compromissos plurianuais decorrentes do aluguer e assistência técnica de uma máquina multifunções;
- 6) Proposta de transferência de verba para a Freguesia de Alcáçovas.

No período de “antes da ordem do dia”, o senhor Presidente da Assembleia deu conhecimento que Alice Cardoso Andrade e Silva, eleita pela força política CDU, renunciou ao mandato por motivo de se encontrar a residir no estrangeiro, tendo o membro substituto sido convocado nos termos do n.º 4 do artigo 76.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro.

Mediante votação por escrutínio secreto, a mesa justificou por unanimidade as faltas dos membros Catarina Maria Lopes Carvalhinho Rosado e Helena Isabel Barros Torrão à sessão de hoje e de José Luis Potes Pacheco e José Fernando Nazaré Pereira à sessão de 27 de novembro de 2014.

O senhor Presidente da Assembleia deu conhecimento da correspondência recebida, salientando:

- Um ofício do Tribunal de Contas informando sobre a homologação da Conta relativa ao exercício de 2009 com a seguinte recomendação já transmitida ao Executivo Municipal: “Adotar maior rigor na

elaboração dos orçamentos municipais tendo em consideração o disposto na Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, mais concretamente o que sobre a matéria dispõe o artigo 5.º relativamente à estabilidade orçamental, bem como o respeito pelas regras orçamentais previstas nos artigos 40.º e 46.º da mesma Lei, a fim de que os orçamentos sejam alicerçados em previsões sinceras e fiáveis, de modo a que na sua execução seja dado cumprimento ao estatuído na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, evitando a assunção de compromissos financeiros sem garantia efetiva de financiamento”.

- Um ofício da ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses, acerca da realização do XXII Congresso Nacional, nos dias 27 e 28 de março de 2015, no Centro de Conferências do Tróia Design Hotel, em Tróia.

- O parecer desfavorável do Conselho Diretivo da ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses quanto ao Projeto de Decreto-Lei que estabelece as Normas de Execução do Orçamento do Estado para 2015. Entre outros aspetos, a ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses, resume e identifica “o absurdo conjunto de informação que os Municípios se verão obrigados a fornecer ao Governo, com a inerente afetação de recursos humanos, técnicos e administrativos, constatando-se que parte dessa informação é repetida e repetitiva, tendo os Municípios de a tratar de diversas formas cumulativas, consoante a legislação que vai sendo publicada, alterando e acrescentando sempre os elementos a fornecer. Trata-se de um insustentável abuso legislativo, identificando-se 14 tipologias de informações, com conteúdos variáveis e por vezes sobreponíveis, repetidas ao longo de todo o ano, através de 52 reportes (média de 1 reporte por semana...)”.

O senhor Presidente da Assembleia leu integralmente o parecer sublinhando a crescente burocratização dos processos administrativos, aliada ao ataque sistemático à autonomia financeira do Poder Local. Observou ainda que não deixa de ser curioso que a recomendação do Tribunal de Contas ao homologar a Conta relativa ao exercício de 2009, invoque a nova Lei das Finanças Locais que foi publicada em 2013 e a Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso que foi publicada em 2012.

- Um ofício da CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Viana do Alentejo, acompanhado do Relatório de 2014. O senhor Presidente da Assembleia procedeu à leitura do referido ofício que refere que nos termos do artigo 10.º do Regulamento Interno da CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Viana do Alentejo, deverá a Assembleia Municipal nomear outros representantes para substituírem os que faltem continuamente às reuniões da Comissão Alargada, por um período superior a seis meses consecutivos. É referido nesse ofício que os seguintes três membros da Comissão Alargada, apresentam a seguinte situação relativamente a faltas:

> António Inácio Torrinha Lopes, Presidente da Junta de Freguesia de Aguiar, não compareceu a nenhuma reunião, alegando compromissos profissionais que o impedem;

> Sara Cristina Cupido Carmo Grou Sim Sim Pajote, Presidente da Junta de Freguesia de Alcáçovas, não compareceu às sete últimas reuniões, desde 6 de março de 2013;

> Carlos Manuel Bem Piló Carvalho, Professor do Ensino Básico, não compareceu às três últimas reuniões, tendo participado apenas numa reunião (de 5 de fevereiro de 2014) desde que foi nomeado pela Assembleia Municipal.

O senhor Presidente da Assembleia lamentou as faltas sistemáticas às reuniões da Comissão Alargada, principalmente por parte de membros que integram a Assembleia Municipal. Nos termos

do Regulamento Interno, os três membros referidos deixarão de integrar a Comissão Alargada da CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Viana do Alentejo, sendo necessário proceder à respetiva substituição.

O membro Sara Pajote disse que a sua impossibilidade de comparecer às reuniões da Comissão, provêm do facto da sua atividade profissional não lhe permitir estar disponível às dezasseis horas, não tendo sido demonstrada disponibilidade para alterar o horário das reuniões da Comissão.

O membro António Inácio Torrinha Lopes disse fazer suas as palavras da senhora Presidente da Junta de Freguesia de Alcáçovas pois também ele, por motivos profissionais, não pode participar nas reuniões da Comissão que se realizam às dezasseis horas de quarta-feira. Em sua opinião, se existisse “Uma certa compreensão e flexibilidade, todos poderiam participar”.

O senhor Presidente da Assembleia disse que este assunto deverá ser agendado para a próxima sessão, recordando que não é imprescindível que os membros a nomear para a Comissão Alargada integrem a Assembleia Municipal.

Procedeu-se de seguida à votação da proposta de ata relativa à sessão ordinária de 27 de novembro de 2014, tendo a mesma sido aprovada com treze votos a favor e duas abstenções dos membros José Luis Pacheco e José Fernando Nazaré Pereira que não estiveram presentes na sessão a que a ata se refere.

O senhor Presidente da Assembleia declarou aberto o primeiro período de intervenção do público, não tendo havido qualquer participação.

Entrou-se de seguida na ordem de trabalhos:

Ponto um) Proposta de aprovação da ata em minuta no final da sessão – A Assembleia deliberou por unanimidade aprovar a ata desta sessão em minuta no final da mesma, nos termos do n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Ponto dois) Apreciação de informação escrita sobre a atividade da Câmara – Relativamente à informação sobre a atividade da Câmara, o membro Joaquim Teixoeira referiu-se à reunião realizada a 22 de outubro de 2014 no Centro de Saúde de Viana e perguntou quais os desenvolvimentos desde então.

O senhor Presidente da Câmara informou ter sido enviado um e-mail para a senhora Diretora Executiva do Agrupamento de Centros de Saúde do Alentejo Central – Dr.ª Teresa Caldas de Almeida – no sentido de ser feito o ponto da situação quanto aos assuntos abordados na reunião de 22 de outubro, na qual a senhora Diretora também esteve presente. Disse o senhor Presidente da Câmara que antes do envio do e-mail contactou telefonicamente o Centro de Saúde tendo o Chefe dos Serviços Administrativos – senhor Fernando Viola – transmitido que alguns aspetos negativos focados na reunião de outubro, evoluíram de forma positiva, nomeadamente quanto ao pessoal médico em que se verificou algum reforço. Disse também o senhor Fernando Viola que a questão da falta de um administrativo já estava resolvida. O senhor Presidente da Câmara, quanto à iluminação exterior do Centro de Saúde, disse que o senhor Fernando Viola ficou com a ideia de que seria a Câmara a reparar as luminárias. Efetivamente, a Câmara comprometeu-se a reparar os sanitários,

situação que já está resolvida. Quanto aos aparelhos de ar condicionado e à falta de água quente nas instalações, foi-lhe reportado que a situação se mantém. Disse o senhor Presidente da Câmara que continua a aguardar a resposta da senhora Diretora, embora o essencial esteja resolvido (médico e administrativo).

A senhora Presidente da Junta de Freguesia de Alcáçovas disse que em janeiro se verificaram alguns problemas em Alcáçovas devido ao facto da médica Patrícia Avenca ter estado doente e da funcionária administrativa ter vindo fazer serviço para o Centro de Saúde de Viana.

O membro José Luis Pacheco referiu a necessidade da Assembleia Municipal se mostrar solidária com a população em geral, relativamente às questões da saúde. Disse que aquilo que se está a passar nesta matéria é “uma vergonha total”. No caso de Viana do Alentejo, num Centro de Saúde novo as insuficiências são enormes, nomeadamente os aparelhos de ar condicionado que não funcionam, a inexistência de água quente, para além de outros aspetos. Disse este membro que é preciso realçar que a maior parte das pessoas não tem possibilidades financeiras para ter seguros de saúde, vendo degradar-se cada vez mais as condições de acesso ao Sistema Nacional de Saúde.

O senhor Presidente da Assembleia disse que os problemas e as insuficiências não são só a nível da saúde mas também noutros setores, nomeadamente na Justiça (com os processos guardados em contentores) e na Educação, a nível dos ensinos básico, secundário e superior. Disse o senhor Presidente da Assembleia que hoje mesmo ouviu o senhor Primeiro Ministro dizer que “a dignidade dos Portugueses não foi afetada...”. O senhor Presidente da Assembleia referiu não entender esta declaração pelo absurdo da mesma e que o que não se pode é perder a esperança de que tudo venha a melhorar.

O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Viana do Alentejo disse que na Informação sobre a Atividade da Câmara não consta que no dia 19 de dezembro, os membros da Câmara Municipal estiveram presentes no Jantar de Natal promovido pela referida Junta. Fez questão de deixar esta nota na presente ata.

Ponto três) Eleição do Presidente de Junta efetivo e substituto para participar no XXII Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses – A Assembleia procedeu à eleição, mediante votação por escrutínio secreto, do Presidente de Junta efetivo e substituto para participar no XXII Congresso da ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses. Da votação para a eleição do Presidente de Junta efetivo, obtiveram-se os seguintes resultados:

- Sara Cristina Cupido Carmo Grou Sim Sim Pajote, Presidente da Junta de Freguesia de Alcáçovas – 12 votos;
- António Inácio Torrinha Lopes, Presidente da Junta de Freguesia de Aguiar – 3 votos.

Da votação para a eleição do Presidente de Junta substituto, obtiveram-se os seguintes resultados:

- Joaquim Rodolfo Viegas, Presidente da Junta de Freguesia de Viana do Alentejo – 12 votos;
- António Inácio Torrinha Lopes, Presidente da Junta de Freguesia de Aguiar – 3 votos.

Assim, o Presidente de Junta efetivo que participará no XXII Congresso da ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses é Sara Cristina Cupido Carmo Grou Sim Sim Pajote, sendo o seu substituto Joaquim Rodolfo Viegas.

Ponto quatro) Pedido de autorização para contratação de empréstimo junto do Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional (IFDR), destinado ao financiamento da Operação “Recuperação e Reutilização do conjunto do Paço dos Henriques, em Alcáçovas”, co-financiada pelo FEDER e aprovação da respetiva minuta do contrato de financiamento reembolsável – A Assembleia

autorizou por unanimidade a contratação de um empréstimo de M/L Prazo, destinado ao financiamento da Operação “Recuperação e Reutilização do conjunto do Paço dos Henriques, em Alcáçovas”, até ao montante de 170.005,96 €, cujo contrato será celebrado com o Estado através da Agência para o Desenvolvimento e Coesão, IP, anteriormente designada Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional. O pedido de financiamento reembolsável para a contrapartida nacional da Operação em causa foi aprovado pela Comissão de Coordenação e Supervisão e foi efetuado no âmbito do Despacho n.º 1005/2013, de 22 de julho, publicado no Diário da República, 2.ª Série, de 31 de julho de 2013, dado que a Operação “Recuperação e Reutilização do Conjunto do Paço dos Henriques”, identificada com o Código QREN-ALENT-08-0347-FEDER-002102, beneficia de financiamento junto do Programa Operacional Regional do Alentejo.

Também por unanimidade, a Assembleia aprovou a respetiva Minuta do Contrato de Financiamento Reembolsável, a celebrar com a Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P.

Nos termos do n.º 2 do artigo 51.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, dado que o montante total do investimento a que o contrato de empréstimo se refere ultrapassa 10% das despesas de investimento previstas no Orçamento de 2015, a Assembleia autorizou por unanimidade a realização do investimento em causa, no montante de 2.092.025,11 €, sendo o montante previsto para as despesas de investimento em 2015 de 2.361.857,88 €.

Foi presente à Assembleia Municipal o Mapa da Aferição da Dívida Total da DGAL – Direção Geral das Autarquias Locais, relativo ao quarto trimestre de 2014, no qual consta a margem disponível por utilizar, no montante de 1.482.763,00 €, comprovando-se a possibilidade de contratação do Empréstimo no montante supra referido.

A Assembleia autorizou por unanimidade a assunção dos compromissos plurianuais decorrentes do contrato de empréstimo ora autorizado.

Ponto cinco) Pedido de autorização para assunção de compromissos plurianuais decorrentes do aluguer e assistência técnica de uma máquina multifunções – Nos termos da alínea c) do n.º 1 do

artigo 6.º da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, aprovado pela Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, com as alterações introduzidas pelas Leis n.ºs 20/2012, de 14 de maio; 64/2012, de 20 de dezembro; 66-B/2012, de 31 de dezembro e 22/2015, de 17 de março, a Assembleia deliberou por unanimidade autorizar a assunção dos encargos plurianuais decorrentes do aluguer e assistência técnica de um equipamento multifunções para instalar no Balcão Municipal.

O contrato de aluguer e assistência técnica do equipamento referido terá duração de trinta e seis meses e o seu montante será de 4.834,08 €, acrescido de IVA. A calendarização da despesa ao longo do seu período de vigência é a seguinte:

	Março/2015	2016	2017	Março/2018
Aluguer	842,80 €	1.011,36 €	1.011,36 €	168,56 €
Assistência	500,00 €	600,00 €	600,00 €	100,00 €

O membro José Luis Pacheco considerou completamente ridícula a obrigatoriedade do órgão deliberativo se pronunciar sobre montantes desta natureza pois o que na realidade se constata é que “andam à procura de tostões e deixam fugir milhões”.

Ponto seis) Proposta de transferência de verba para a Freguesia de Alcáçovas – Nos termos do disposto na alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal autorizou por unanimidade a transferência de 5.000,00 € (cinco mil euros) para a Freguesia de Alcáçovas, no âmbito da comparticipação do Município nas despesas da Quinzena Cultural de Alcáçovas de 2014 (transferência final).

Terminada a ordem de trabalhos, o senhor Presidente da Assembleia declarou aberto o segundo período de intervenção do público.

Neste período o senhor Presidente da Câmara referiu que a candidatura da Arte Chocalheira a Património Cultural Imaterial da Humanidade foi aceite definitivamente para análise final da UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, na Namíbia. O senhor Presidente da Câmara recordou que os coordenadores da candidatura são Paulo Lima e Ana Pagará e que a apresentação da mesma é da responsabilidade conjunta da Entidade Regional de Turismo do Alentejo, do Município de Viana do Alentejo e da Freguesia de Alcáçovas.

- O membro Manuel Jorge Rafael perguntou qual o ponto da situação da Empreitada do Paço dos Henriques, em Alcáçovas.

- O senhor Vice-Presidente respondeu que os trabalhos estão a decorrer de acordo com o respetivo plano aprovado e que a Empreitada de Recuperação do Horto já foi adjudicada à mesma Empresa da Empreitada principal.

- O senhor Presidente da Câmara lembrou que no próximo dia 22 de fevereiro, o Grupo Coral Feminino Paz e Unidade de Alcáçovas participará no Programa da RTP1 “Got Talent Portugal”, apelando-se à participação de todos na respetiva votação.

O senhor Presidente da Assembleia, após aprovação por unanimidade da minuta relativa a esta ata, declarou encerrada a sessão às vinte e três horas.

Aprovada a 30 de abril de 2015.

O Presidente da Assembleia,

O Primeiro Secretário,

O Segundo Secretário,
